

O DESTINO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MINAS GERAIS

UMA SÍNTESE DE CONJUNTURA APÓS CEM DIAS DE GOVERNO ZEMA

A campanha de Romeu Zema e de seu partido (Novo) foi baseada no discurso de que, se eleito, seu governo seria uma alternativa à “velha política”. Não foi apenas a votação que lhe rendeu vitória nas urnas com 71,8% dos votos válidos que chamou a atenção. Também o desinteresse do eleitorado mineiro pela votação do segundo turno foi notável: o estado ocupou o primeiro lugar, entre todas as demais unidades da Federação, com 42,7% de votos brancos, nulos e abstenções.

Como o candidato Zema apresentou uma campanha eleitoral com propostas rarefeitas, entre os analistas da política mineira foi quase unanimidade a constatação de que a derrota imposta a seu opositor em segundo turno, o candidato Antonio Anastasia (PSDB), teria sido circunstancial e não poderia ser atribuída à qualidade do projeto encampado pelo governador eleito e seu partido.

Um elemento determinante nesse processo eleitoral foi o descontentamento com o governo petista de Fernando Pimentel que entregou à população muito pouco do que havia prometido em 2014. Existe uma avaliação de que Pimentel se tornou refém de suas próprias alianças. Além disso, seu governo ficou paralisado pela crise fiscal do estado. Por fim, o governador passou os quatro anos de mandato acossado por denúncias e processos por atos de corrupção que lhe têm sido imputados.

De outro lado, com a emergência de Zema como uma terceira via, esvaziou-se a candidatura de Anastasia (PSDB). Tendo ocupado o governo por vários mandatos seguidos, o PSDB passou a ser identificado como parte do problema por que passa o estado. Além disso, as acusações de corrupção envolvendo nomes importantes desse partido induziu o eleitor a tratá-lo como face de uma mesma moeda, cujo lado oposto seria o PT. Por essa razão, muitos consideraram que o voto em Romeu Zema (Novo) foi um voto “antissistema”.

Parece precipitado dizer que tenha acabado a polarização entre PT e PSDB que perdura há duas décadas em Minas Gerais. Aqueles que levantam esse questionamento consideram que, apesar de terem estado em lados opostos durante a eleição, existem muitas similaridades entre o projeto político do Partido Novo e aquele sustentado pelo PSDB. Embora não idênticos, ambos os partidos teriam semelhanças sob aspectos diversos, entre eles a maneira como concebem o papel do Estado e das

políticas públicas. Nesse raciocínio, a participação expressiva do PSDB no governo Zema seria uma demonstração dessa consonância.

Tais analistas concluem o argumento afirmando que tal proximidade seria razão suficiente para suspeitar que, sem haver chegado ao fim, a polarização entre projetos políticos agora estaria apenas se revestindo de outras roupagens. Se tal análise estiver correta, resta saber, nos próximos anos, como o PT e os demais partidos hoje situados à esquerda do espectro político vão se reorganizar para continuar representando o segmento dos eleitores que se identificam com concepções de Estado e de governo antagônicas ao que é encampado pelo governo eleito.

Todo esse contexto é considerado para fundamentar ainda outra leitura dos resultados eleitorais, segundo a qual a projeção alcançada por Zema se deveria menos a suas propostas do que às circunstâncias da disputa no ano passado. Dizem que as propostas do atual governador durante a campanha eram genéricas demais e fortemente controversas. Sendo genéricas, suas propostas denotavam, por parte do candidato, um escasso conhecimento do modo como a máquina e as políticas públicas funcionam, mas nisso o candidato não diferia substancialmente de outros oponentes seus, que mesmo conhecendo o Estado, não detalharam suas propostas de modo satisfatório.

Além do mais, prevalece um comportamento do eleitor médio que tende a considerar “a pessoa do candidato”, relativizando o interesse por suas propostas ou por seus vínculos ideológicos. Isso pode ter se tornado determinante para que o eleitor ignorasse também o caráter controverso de certas propostas do candidato a governador.

Acrescente-se a isso o fato de que Romeu Zema e seu partido podem ter colhido os benefícios de sua proximidade ideológica com Jair Bolsonaro (PSL), que disputava a Presidência da República. Várias de suas propostas tinham a simplicidade característica do senso comum, que, sem se incomodar com contradições, não costuma exigir que o candidato demonstre a viabilidade do que está prometendo.

Nesse mesmo espírito, ofereceram-se certezas e soluções fáceis. Graves problemas por que passa o estado foram apresentados como linearmente causados pela má vontade ou pela incompetência da chamada “velha política”. Esses elementos podem ter seu papel, mas dificilmente poderiam ser tratados como se fossem os únicos fatores a desencadear a crise que Minas Gerais atravessa.

Na contramão dessa apreciação reducionista que Zema fez dos problemas do estado, já nos primeiros cem dias de seu mandato, o recém-empossado governador tem se deparado com a insuficiência de suas simplificações feitas no período pré-eleitoral. A dimensão dos problemas por ele encontrados é maior e mais profunda do que – a julgar pelo seu discurso eleitoral – ele parecia supor. Seu governo enfrenta agora o colossal desafio de transformar em realidade o governo “novo” que havia prometido.

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A ANTIPOLÍTICA TEM PERNAS CURTAS

Em face do contexto descrito acima, o governo Zema não pôde contar com o período de tolerância geralmente concedido a um novo governante para que reconheça o terreno, arrume a máquina pública e dê início às políticas que prometeu durante sua campanha eleitoral.

Trata-se apenas de uma convenção, mas estima-se que qualquer governo tenha, para essas ações iniciais, um prazo de cem dias. Essa concessão de mais ou menos três meses é meramente pragmática. Coincide aproximadamente com o lapso de tempo que as distintas forças sociais e políticas levam até compreenderem e se reorganizarem para responder ao cenário alterado por novas correlações de força.

Decorrido esse prazo, costumam ganhar corpo os descontentamentos com as políticas adotadas. Por mais bem-sucedido que seja um governo, não é possível atender, sempre e igualmente, tantos interesses antagônicos. Governantes fazem escolhas, beneficiando uns e contrariando outros. São os interesses e os grupos escolhidos como prioritários na condução das políticas públicas praticadas que permitem distinguir um governo de outro, bem como avaliar seu caráter.

Também no Parlamento, decorrido o breve período de início de mandato, é comum que os interesses malsatisfeitos e os grupos preteridos na partilha do poder comecem a criar dificuldades para o novo governante. Crescem também as reivindicações de servidores e aumentam as cobranças da sociedade pelas promessas de campanha que tardam a ser cumpridas. Por razões diversas, esse momento crítico chegou bem mais cedo para Romeu Zema.

A antecipação do problema se deve, primeiramente, à natureza do discurso adotado por ele e seu partido durante a campanha eleitoral. Caracterizou-se por um forte apelo antipolítico. Dizia-se um empresário de sucesso e prometia que – não sendo político – seria capaz de resolver os problemas do estado. Ele fez crítica explícita aos políticos, julgando que estes não haviam resolvido os dilemas mineiros por má vontade e incompetência.

Apresentando-se como alternativa, o candidato conseguiu convencer parte do eleitorado de que ele representava uma terceira via e que, como tal, poria fim à disputa entre PSDB e PT no estado. Ao mesmo tempo em que isso o consagrou com expressiva votação e o levou à vitória, persiste uma expectativa difusa de que consiga reproduzir na administração pública o mesmo sucesso econômico que, alegadamente, ele teria alcançado em seus negócios privados.

Agora como governador, ele recebe as contas do estado nas piores condições já registradas, fruto de uma conjuntura extremamente adversa, combinada a décadas de escolhas e práticas administrativas

discutíveis. A tarefa a ser realizada nos próximos quatro anos deve exigir não somente competência gerencial, mas também habilidade política.

A administração da máquina pública vem revelando sua complexidade e tem contrariado a presunção simplista de que bastariam gestão e boa vontade para sanar o estado. Vale dizer, por exemplo, que o governo está descobrindo a duras penas que não é possível governar sem estabelecer relações com os demais poderes, em particular o Legislativo. Os dados factuais que permitem fazer tal afirmação serão expostos nas seções seguintes deste documento. No entanto, já se pode dizer que a simplificação feita em campanha só foi possível por estar associada ao desconhecimento dos meandros implicados na gestão da coisa pública. Para dar conta dos desafios, o novo governo se vê forçado a construir alianças e a adotar as mesmas medidas que, como candidato em campanha, havia considerado práticas da “velha política”.

Resta saber quanto tempo o eleitor dará ao governo Zema, depois de ter acreditado que ele representava a esperança de uma “nova política”. Se o governador for bem sucedido, pode reafirmar o capital político que adquiriu circunstancialmente nas urnas. Em caso contrário, poderá lidar com a desilusão popular e amargar índices de desaprovação mais altos. No primeiro levantamento das opiniões sobre o governo, realizada em fins de março pelo instituto Paraná Pesquisas, o governador já se defrontava com um índice de 32,5% de desaprovação.

No entanto, também é um fato que o governo apareceu nessa mesma pesquisa com um índice 59,8% de aprovação, demonstrando que ainda conta com o apoio dos mineiros. Ressalvada a possibilidade de que eventos externos sempre possam interferir positiva ou negativamente, ao que parece, o futuro político de Zema e de seu partido pode estar estreitamente ligado ao êxito de seu governo.

As primeiras ações do governo ainda lidam com o imaginário geral que considera, por si só, a redução de gastos como algo positivo. O cidadão que acompanha a política à distância ainda não teve contato com o desmonte das políticas públicas, cujos impactos na vida prática ainda serão percebidas. Até lá esse apoio popular ao governo tende a continuar intacto.

DECISÕES TÉCNICAS SÃO TAMBÉM DECISÕES POLÍTICAS

O segundo tópico do discurso eleitoral de Zema consistiu na pressuposição de que existe uma separação entre técnica e política. Esses dois elementos são facetas das ações de governo que, via de regra, são percebidas pelos estudiosos da administração pública como indissociáveis. Entende-se que não existem medidas tão puramente técnicas que não tenham uma face política, ou decisões políticas que não sejam atravessadas por implicações técnicas.

Para dialogar com seus eleitores potenciais, a campanha do atual governador reafirmou o mau sentido da palavra “política”. Sublinharam-se os significados pejorativos que – nas conversas cotidianas, nas redes sociais e em parte da grande mídia – usa-se atribuir à política. Ao invés de percebê-la como o conjunto das negociações necessárias a pessoas que (mesmo tendo interesses diferentes e até antagônicos) devem viver coletivamente em uma sociedade, a política passou a ser representada como o atraso, a improdutividade, a incompetência e a má gestão da coisa pública. Essa percepção faz supor que a adoção de medidas gerenciais seria puramente técnica, divorciada das escolhas políticas.

Intimamente ligado ao tópico anterior surge o terceiro, que consiste na suposição de que a iniciativa privada é necessariamente mais competente do que o setor público. Em tal perspectiva, supõe-se que o exercício da administração pública poderia ser melhorado se se apropriasse dos métodos e metas da gestão de negócios em uma empresa. Esse argumento é comum entre aqueles que se dizem anti-políticos e quase sempre desconsidera a complexidade das relações entre os distintos grupos que compõem uma sociedade.

Vale considerar que nem mesmo em uma empresa as contradições costumam ser facilmente extirpadas, embora – sendo um espaço privado – ali a imposição da vontade do gestor pelo emprego da autoridade costume enfrentar menos resistência. Não é raro que, numa empresa, pontos de vista contrários sejam reduzidos ao silêncio. Numa sociedade mais complexa, a supressão dos pontos de vista contrários raramente é possível, a menos que se escancare o autoritarismo. Daí a necessidade da política como forma de negociação entre os distintos segmentos sociais, visando à coexistência pacífica, mesmo que isso, por si só, não seja isento de contradições.

As contingências da disputa eleitoral em 2018, estimulada sobretudo pelo cenário de guerra que se estabeleceu no plano nacional, levou o discurso de campanha a extremos que, em outras circunstâncias, seriam difíceis de imaginar. Adotou-se uma linguagem dualista e fizeram-se simplificações possíveis apenas no nível raso das conversas cotidianas, mas que não se sustentariam como marcas de um plano de governo.

A campanha eleitoral não permitiu aprofundar o que significa, efetivamente, a “velha política” e tampouco que práticas seriam necessárias para se caracterizar uma “nova política”. Essa dualidade não parece ajudar no entendimento do problema, pois os limites entre o que é o “velho” e o que seria o “novo” não parecem tão claros. Igualmente, a associação imediata do velho como algo ruim e do novo com algo bom tampouco se mostra incontroversa, pois não são raras na história as situações em que o discurso em prol da mudança acabou conduzindo a graves retrocessos.

Num raciocínio semelhante, é plausível que as relações entre técnica e política devam ser aprimoradas. Comumente, decisões políticas são condicionadas por procedimentos técnicos. No entanto, também é

comum que justificativas aparentemente técnicas apenas escondam motivações políticas nem sempre confessadas.

Por fim, também os limites entre o público e o privado são móveis e costumam ser postos mais além ou mais aquém, a depender dos interesses que estão em jogo em determinado momento. Há práticas do setor privado que poderiam ser proveitosamente adotadas na administração pública. No entanto, existem diferenças cruciais entre ambos. De modo especial, há uma tendência histórica no Brasil pela qual quem está no poder costuma se servir da coisa pública para granjear benefícios privados. Essa apropriação privatista dos bens públicos por segmentos privilegiados sempre foi associada à exclusão da maioria da população, que fica sem acesso a políticas públicas.

Nas múltiplas leituras que os três primeiros meses de Governo Zema têm gerado, parece haver um ponto pacífico. Trata-se da constatação de que a percepção da complexidade das relações entre Estado e Sociedade consiste num ponto de inflexão para o novo governo. Nas seções seguintes deste texto, serão discutidas algumas das situações enfrentadas nos primeiros cem dias de mandato que estão forçando o Governo Zema a rever as convicções – algumas delas bastante simplificadoras – com que conduziu o processo eleitoral.

O PROBLEMA DAS DEMISSÕES E AS RECONTRATAÇÕES “TÉCNICAS”

Durante a campanha, Romeu Zema (Novo) havia dito que seu governo cortaria oitenta por cento dos cargos comissionados. Tendo tomado posse, no entanto, os números mudaram. Na imprensa foi anunciado então que cinquenta por cento dos cargos seriam reduzidos. A decisão de demitir servidores não concursados, tomada no primeiro dia de governo, pode parecer lógica do ponto de vista da gestão. No entanto, vários serviços tiveram suas atividades prejudicadas ou, por alguns dias, até mesmo suspensas.

De acordo com o discurso oficial, o governo recontrataria para cargos comissionados pessoas com comprovada competência. A seleção seria feita por meio de avaliação de currículo, empregando critérios técnicos e priorizando competências gerenciais. A medida, no entanto, enfrentou várias críticas, por suspeitar-se de que os mencionados critérios técnicos poderiam estar apenas dando cobertura para procedimentos bem mais subjetivos.

Vieram a público, por exemplo, situações em que pessoas teriam sido reconduzidas aos cargos por acumularem mais tempo de serviço prestado ao Estado. De acordo com o argumento oficial, elas estariam sendo alocadas independentemente de sua afiliação partidária e ideológica. Entre os reconduzidos ao trabalho haveria servidores ligados aos dois últimos governos. Embora esse pudesse ser um

critério aparentemente objetivo, ele foi criticado por permitir uma seleção política dos servidores contratados.

Sob a aparência de imparcialidade, o critério “técnico” da antiguidade estaria permitindo ao governo eliminar os servidores contratados para cargos comissionados durante o governo petista de Fernando Pimentel. Houve quem enxergasse, portanto, um expurgo ideológico e não apenas as razões alegadas pelo governo. A suspeita foi intensificada quando começaram a se multiplicar na mídia as notícias de que filiados do PSDB – agora parte da base aliada – haviam sido reintegrados a suas funções ou assumiram novas atividades no atual governo.

No modo como funciona, no Brasil, a composição de um governo recém-empossado, a possibilidade de contratação para cargos comissionados deveria servir, originalmente, para prover o governante de uma equipe capaz de elaborar e gestar políticas públicas em conformidade com suas preferências ideológicas e com seu plano de governo. Nesse modelo, dos funcionários de carreira se espera que mantenham o funcionamento da máquina do estado, para conservação da memória das políticas públicas e dos serviços quando da alternância de governos. O Estado e seus servidores permanecem enquanto governos passam.

A julgar pelo discurso feito por Zema ao longo de sua campanha (e reiterado em seu pronunciamento no dia da posse), alterar esse modelo seria uma inovação que ele estaria disposto a fazer. Já nos primeiros dias de governo, porém, ele deparou com uma situação bem mais complexa. As condições de remuneração e de trabalho dos servidores de carreira são burocraticamente prescritas. Não são raras as situações em que um servidor fica impedido de ir além dos estritos papéis que lhe são determinados. Em sentido inverso, porém, o funcionamento burocrático pode proteger quem se serve das regras que regulam seu trabalho para procrastinar, para não agir e, em última instância, para não atender as necessidades do cidadão que depende do serviço público.

Além disso, há outro aspecto do recrutamento amplo nos governos. A distribuição desses cargos, frequentemente se converte em moeda para pagar apoio político, seja no processo eleitoral, seja na fidelização de parlamentares para votar em favor de projetos do governo na Assembleia Legislativa. Em tal caso, o critério nem sempre é a competência técnica ou o currículo do candidato à vaga, mas sim outros valores bem mais fisiológicos.

Considerados todos esses aspectos, a contratação de pessoas engajadas na consolidação política do modo como Zema deseja governar seria vista como legítima por parte dos analistas na imprensa mineira. No entanto, a decisão de exonerar de uma só vez cerca de seis mil servidores com o alegado objetivo de reduzir custos foi vista com muitas ressalvas. Dois terços dessas demissões haviam sido feitas pelo ex-governador Fernando Pimentel (PT), nos últimos dias de seu mandato. Ao tomar posse,

o governador Zema lançou mão da mesma medida, completando o mencionado número de desligamentos. Mesmo serviços essenciais foram afetados e isso motivou críticas de que as demissões teriam ocorrido sem critério objetivo.

O fato é que, já na terceira semana de governo, cerca de um terço dos servidores haviam sido chamados de volta, pouco depois de terem sido desligados. As recontrações feitas às pressas visavam remediar a paralisação da máquina pública que ameaçou diversos setores, após a demissão maciça ordenada sem avaliação do real impacto dos desligamentos.

Tal imprevisto foi interpretado como sinal de que o governo desconhecia o funcionamento do estado. Os cargos comissionados representam pouco mais de um por cento do funcionalismo e seu impacto no valor dos gastos com pessoal se mostra relativamente pequeno. Isso significa que a promessa de reduzir custos com contratados pode funcionar quando, durante a campanha, tem finalidades eleitoreiras. Como prática de governo, contudo, essa decisão tem um alcance muito limitado. Por enquanto, a confusão causada com as demissões parece ter sido maior do que o benefício em uma eventual redução de custos.

Essa medida foi associada a outras decisões tomadas por Zema, mesmo antes de sua posse, quando ainda estava escolhendo seu secretariado. Já em meados de dezembro, analistas políticos chamavam a atenção para o fato de que a espontaneidade e o jeito informal de se expressar, que caíra no gosto do eleitor mineiro, vinha então gerando resistência entre empresários e políticos que interpretavam essas características como fonte de incerteza e apreensão. As qualidades do candidato geravam no agora governador a impressão de imprevisto.

Outra discussão suscitada por essa medida do governador foi a comparação com um fato similar que vinha acontecendo naqueles mesmos dias no plano nacional. Mantendo um tom típico da campanha eleitoral, o Governo Bolsonaro anunciava a decisão de “despetizar” a administração, a despeito do fato de o PT ter deixado o governo havia já três anos. Tendo como resultado a desarticulação do corpo técnico em vários setores, o governo teve que se haver com idas e vindas em decisões tomadas sem recorrer ao habitual assessoramento. Também aqui no estado, alguns serviços começaram a ser paralisados por falta de pessoal após as demissões coletivas ocorridas no processo de transição, entre os últimos dias de dezembro e o início de janeiro.

Guardadas as devidas diferenças entre os dois casos, o fenômeno vem chamando a atenção dos analistas para o fato de que as campanhas eleitorais tendem a transcender à distância dos verdadeiros problemas do país. Ao tomar posse, o eleito desconhece a máquina pública e se mostra despreparado para mantê-la em funcionamento. Em outros casos, revela-se que, afinal, o candidato ganhou a eleição sem ter programa de governo claramente definido e começa o mandato recorrendo a procedimentos de ensaio e erro. Em tal cenário, por algum tempo as políticas públicas acabam ficando à deriva. Além

disso, neste começo de governo, em 2019, esse desmonte da máquina vem sendo criticado também como uma consequência da manutenção do clima de guerra da campanha eleitoral após o candidato vitorioso ter chegado ao poder.

Há várias eleições, as campanhas para os cargos majoritários de governador e presidente vêm tratando frequentemente de maneira rasa os problemas do estado ou do país. Focaliza-se, ao contrário, em questões morais ou comportamentais. Planos de governo mal chegam a ser debatidos. O atabalhoamento dos primeiros dias de governo pode indicar que candidatos podem vencer um pleito mesmo sem terem um plano de governo claro e consistente. É válido lembrar que esse problema foi agudizado neste início de ano, mas está longe de ser uma exclusividade dos atuais governos.

AS DÍVIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tal como discutido na primeira seção deste texto, o Governo Zema já começou sitiado por toda sorte de problemas. Herdou a maior parte deles dos governos anteriores. A profunda crise fiscal com que Fernando Pimentel (PT) teve de lidar em seu mandato contribuiu para ampliar o déficit bilionário deixado pelos governos do PSDB. Disso se infere que essa situação tem atravessado sucessivos governos com tendência de aumento.

Embora Romeu Zema não tenha cometido o deslize de prometer soluções de curto prazo, o governador vem sendo pressionado por dar continuidade às mesmas medidas de seu antecessor, como o parcelamento dos salários de servidores. Também as negociações relativas ao pagamento do décimo-terceiro salário de 2018 representaram desgaste para o novo governo já nos primeiros dias no cargo.

Na terceira semana de mandato, o governador passou pelo constrangimento de enfrentar um protesto de servidores, inclusive com a participação de militares, no qual um caixão, com seu nome inscrito, foi simbolicamente queimado. Outros governos já enfrentaram manifestações semelhantes, mas esta foi a primeira vez para Zema e ele teve de fazê-lo logo na abertura de seu governo.

Outro grave problema com que Zema teve de lidar desde o início do governo foi a retenção dos valores que o governo do estado deveria repassar aos municípios. Em janeiro, mais de quatrocentos prefeitos foram até a Cidade Administrativa. Prometiam medidas drásticas, entre as quais o pedido do *impeachment* de Romeu Zema, caso não tivessem uma solução para o impasse. Os municípios estavam sem dinheiro inclusive para manter o pagamento de salários, da merenda e do transporte escolares. Por isso, pelo menos trezentos municípios adiaram o início do calendário escolar para o mês de março, esperando que até então recebessem os repasses devidos.

Naquela ocasião, os prefeitos não conseguiram ser recebidos por Zema. Foram atendidos pelo secretário de governo e obtiveram a promessa vaga de que “a qualquer momento” receberiam o aporte devido. A Associação Mineira de Municípios (AMM) esperava alcançar um acordo de escalonamento para que os municípios viessem a receber os valores a que têm direito. O Estado deve repassar aos municípios, entre várias outras verbas, uma parte do que arrecada com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), bem como os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Os prefeitos também reivindicam a revogação do decreto promulgado por Fernando Pimentel, pelo qual o repasse das verbas havia sido condicionado à disponibilidade de caixa do estado. Mais de R\$ 12 bilhões deixaram de ser transferidos aos municípios pelo governo anterior. De acordo com declarações da AMM, só neste ano, o novo governo já havia deixado de repassar mais R\$ 1 bilhão. Daí a queixa da AMM, que acusou Zema de continuar o confisco iniciado por Pimentel. Os repasses começaram a ser regularizados em fevereiro, segundo informa o Governo.

O não cumprimento imediato da promessa de campanha do novo governador, que se comprometera a sanar esse problema, gerou descontentamento entre os prefeitos. No início de março já se falava do ingresso de mais de seiscentas ações por meio das quais municípios mineiros reclamavam na Justiça o repasse das verbas devidas pelo governo do estado. Parte dessas ações já foi julgada e, apesar de as decisões terem sido favoráveis aos municípios, os repasses não foram completamente regularizados pelo Executivo estadual. Em meados de março, os prefeitos representados pela AMM já ameaçavam pedir intervenção federal e cogitavam entrar com pedido de *impeachment* contra Zema.

Em uma entrevista concedida à Rádio CBN, ainda no mês de janeiro, o vice-governador Paulo Brant (Novo) já havia reconhecido que as reivindicações são justas e se disse envergonhado por não conseguir pagar o que é devido. No entanto, a arrecadação do Estado não seria suficiente para quitar a dívida com os municípios e pagar em dia os servidores e estaria então sendo necessário escolher qual dessas dívidas pagar.

Dentre os estados brasileiros, Minas Gerais se tornou o maior inadimplente. Apenas nos dois primeiros meses do ano, o Tesouro Nacional foi obrigado a assumir mais R\$ 1,2 bilhão de dívidas que Minas Gerais deixou de pagar. Essa situação não é nova. Em 2016, o Tesouro já havia arcado com mais de R\$ 2 bilhões das dívidas mineiras. No ano seguinte, o valor chegou a R\$ 4 bilhões e se aproximou de R\$ 5 bilhões em 2018. O problema é que – mantida a tendência atual – no final do primeiro ano do Governo Zema, esse valor pode ultrapassar os R\$ 7 bilhões.

De acordo com informações divulgadas na mídia nestes meses, Minas já responde por noventa por cento das dívidas que vêm sendo cobertas pelo Tesouro Nacional. Em segundo lugar, os restantes dez por cento são do estado do Rio de Janeiro, com R\$ 220 milhões. O procedimento em tais casos é

que o Tesouro nacional desconte, nos repasses de impostos da União – o Fundo de Participação dos Estados (FPE) – os valores que foram, por assim dizer, adiantados como pagamento da dívida estadual. No entanto, o estado tem de arcar com multas e juros incidentes.

Os números relativos ao montante da dívida do Estado de Minas Gerais são discrepantes. A julgar pelos valores publicados pela imprensa, esse valor pode chegar a R\$ 90 bilhões. Segundo a Secretaria de Planejamento e Gestão, apenas o déficit herdado do Governo Pimentel (PT) chegaria a R\$ 42 bilhões, nos quais se incluem – além da dívida com as prefeituras – o déficit operacional mensal (R\$ 1 bilhão), os restos a pagar e a dívida com o Tribunal de Justiça de Minas no valor de R\$ 8 bilhões, referente ao dinheiro dos depósitos judiciais que o governo anterior usou para cobrir contas.

A reforma administrativa, a diminuição dos cargos comissionados e o corte de gastos (que, segundo o governo, vem sendo realizado) teriam como objetivo atacar o déficit mensal. Para os demais casos, o governo tem um único plano: a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do governo federal. Numa reunião com governadores, ocorrida em Brasília nos últimos dias de março, o ministro da economia, Paulo Guedes, prometeu apresentar, em trinta dias, um plano para recuperar os estados que atravessam graves dificuldades financeiras. Portanto, apenas em abril o Governo Zema deverá enviar para a Assembleia Legislativa um projeto de recuperação fiscal.

Pelo menos considerando sua forma atual, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal possibilitaria ao governo mineiro suspender o pagamento da dívida com a União por três anos, com a possibilidade de depois renovar esse prazo de pagamento mais uma vez, estendendo-o por mais três anos. Isso lhe permitiria recorrer ao mercado para fazer novos empréstimos e quitar as dívidas mais antigas entre as quais estão os repasses atrasados para os municípios. De acordo com uma proposta que está sendo negociada, o pagamento de uma parte desse valor atrasado seria dividido em 33 parcelas.

No entanto, a matéria gera polêmica e deve encontrar muita resistência para ser aprovada pelo Legislativo, pois, em meio a várias outras providências, o Regime de Recuperação Fiscal exigiria a privatização de empresas estatais, o congelamento de salários do funcionalismo, a proibição de novos concursos públicos. Tais medidas são controversas e ampliam ainda mais o embate que o governador já vem travando com os servidores públicos, extrapolando-o para outros segmentos da sociedade mineira contrários, de modo particular, às privatizações.

Em uma entrevista a um canal de televisão, o governador Romeu Zema condicionou o pagamento da já mencionada dívida do estado com as prefeituras à concretização desse plano de recuperação fiscal. Como isso depende de ser aprovado em votação pela Assembleia Legislativa, o Regime de Recuperação Fiscal está sendo mais um dos episódios da tensa relação que vem se dando entre Executivo e

Legislativo desde o início deste ano. A referida declaração de Zema foi interpretada como se o governador estivesse transferindo para os deputados a responsabilidade, que é do Executivo, na solução da dívida do estado com os municípios.

Em uma nota divulgada nos últimos dias de março, como resposta ao governador, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa tornou pública sua posição quanto ao tema. Assinalou a gravidade da situação das prefeituras, seriamente comprometidas pela irregularidade nos repasses estaduais. Também ressaltou a importância de que um projeto com tão graves implicações seja discutido pelo Parlamento e pelos setores organizados da sociedade civil. Em seguida, a Mesa Diretora da Assembleia, que subcreve o documento, se queixa, dizendo desconhecer “os termos da negociação entre o Estado e o Governo Federal para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal”. Conclui dizendo que os deputados não irão se posicionar sem o “profundo conhecimento” do acordo e de seus impactos para a sociedade.

UMA MANOBRA CONTÁBIL PARA MELHORAR O CAIXA DO ESTADO

As medidas adotadas pelo Governo Zema para sanar as finanças do Estado têm suscitado discussão. Já em meados de fevereiro, veio a público o descontentamento de deputados estaduais que acusavam o governo de estar praticando manipulação dos preços de carros e equipamentos para as academias populares. O suposto superfaturamento seria uma manobra contábil com a alegada finalidade de, na prática, se gastar menos dinheiro. O bem seria contabilizado com um valor maior e o governo gastaria menos do que o previsto pelas emendas impositivas.

Essa tentativa, porém, trouxe um desgaste para o governo. A aquisição dos bens em questão estava sendo feita para executar emendas parlamentares. Contudo, o caráter alegadamente “técnico” da medida não conteve uma onda de desconfiança junto aos deputados. O governo foi acusado de praticar superfaturamento. No final, foi forçado a recuar e repassar os valores aos municípios para que fizessem as referidas aquisições cabendo ao estado apenas a atribuição de fiscalizar.

As chamadas “emendas impositivas” consistem em um mecanismo permitido pela lei, por meio do qual deputados podem indicar obras de seu interesse que o Poder Executivo deve realizar. Trata-se de uma forma de os deputados agradarem suas bases por meio da destinação de recursos públicos. Ainda que seja uma medida legal, ela recebe muitas críticas. Primeiramente, há quem veja nesse mecanismo um desvio da função do deputado, em cuja lista de deveres está a fiscalização do Poder Executivo. Caberia exclusivamente a este último a tarefa de destinar verbas públicas de acordo com políticas clara e criteriosamente estabelecidas. Apenas o Governo do Estado pode ter (ou pelo menos deveria ter) a visão

de conjunto das necessidades e estaria em condições de decidir – sendo os recursos financeiros tão escassos – qual obra é mais urgente ou inadiável.

Daí, quando um deputado propõe ao Executivo a priorização de uma obra para uma região onde ele tem apoio eleitoral há quem considere que o Parlamento está exorbitando de suas atribuições. Ainda mais grave, essa possibilidade de indicar obras dessa maneira pode ser uma forma de se legitimarem práticas eleitoreiras, pela qual o parlamentar ostenta sua mediação para que a referida obra fosse feita. Isso criaria privilégios eleitorais para quem já é parlamentar, já que o beneficia dando-lhe vantagens na disputa por uma eventual reeleição. Tal procedimento pode ser um dos fatores responsáveis pela perpetuação de parlamentares nos seus cargos, transformando a atividade política num negócio vitalício.

Até o ano passado, o Poder Executivo podia recorrer à liberação ou não dos recursos referentes às emendas parlamentares como tática para levar os deputados a se alinharem ao governo. O governo tinha a possibilidade de executar as emendas de acordo com suas conveniências. Não foram raras, nos últimos anos, as situações em que governos usaram isso a seu favor, executando as emendas de deputados de sua base e dando menos atenção àquelas provenientes de deputados contrários aos projetos governamentais.

A partir do corrente ano, começa a valer a obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares. Além de constituir uma despesa com que o Executivo tem de arcar obrigatoriamente, do ponto de vista das negociações, perdeu-se uma tática de equilíbrio das forças entre os Poderes que vinha funcionando em outros governos.

NEM SITUAÇÃO, NEM OPOSIÇÃO

É comum que se diga que “o Parlamento mineiro tem vocação governista”. Descreve-se com essa expressão o fato de que os parlamentares mineiros tendem a aliar-se ao ocupante do Poder Executivo, sem distinção significativa de partido ou de ideologia. Isso se concretiza, por um lado, em votações maciças a favor dos projetos governamentais. Ao longo das últimas décadas, essa maioria tem sido conquistada de modo artificial e pragmático, e não necessariamente por identidade com o governante.

Costuma estabelecer-se uma relação de permuta. O apoio parlamentar é trocado por cargos no governo; pela prioridade na execução de obras públicas em regiões onde um deputado tem sua base eleitoral; ou ainda, entre outras práticas compensatórias, pela execução das emendas parlamentares, discutidas acima.

Seguindo essa lógica, costumam se formar dois blocos: o bloco de sustentação do governo e aquele de oposição. Compor a base do governo significa encontrar aberta uma série de possibilidades de acesso à máquina pública e suas benesses. Do contrário, opor-se a ele significa enfrentar o rigor da formalidade burocrática no tratamento de suas demandas. A necessidade de convivência costuma forçar ambas as partes a fazer concessões, cedendo algumas coisas em troca de outras. Essa negociação, no Brasil, encontra-se naturalizada no modo como se faz política. Converteu-se em parte do jogo e, frequentemente, a relação dita “republicana” se confunde com troca de favores e obtenção de benefícios escusos.

Nas últimas legislaturas, no entanto, assistiu-se à emergência de um terceiro bloco autodenominado como “independente”. Os deputados que se colocam nesse grupo geralmente apresentam um discurso de aparente equilíbrio. Dizem não ser, *a priori*, nem a favor e nem contra o governo; ao contrário, pretendem apreciar pelo que representa cada projeto em si, decidindo-se objetivamente. Diferentemente disso, porém, o que se tem observado nos últimos anos é que parlamentares ditos “independentes” não são menos indiferentes ao balcão de negócios com o Executivo. Na correlação entre a pedra e a vidraça, como se costuma dizer, os “independentes” podem mudar de papel ao sabor da conjuntura e das conveniências, sem ter a obrigação de defender o governo publicamente – em particular junto a seu eleitorado – quando isso não implica para si alguma vantagem.

Pelo menos desde 2003, ano em que se iniciou o primeiro mandato de Aécio Neves (PSDB) como governador, a situação sempre teve a seu lado a maioria dos parlamentares. Ao iniciar seu primeiro mandato, Aécio tinha em sua base o apoio de 30 deputados de três partidos. A Casa contava então com 77 parlamentares que representavam 12 partidos. Seu sucessor, Antonio Anastasia (PSDB), começou a governar em 2011 com o apoio de 34 parlamentares de 10 partidos. Naquela legislatura, as cadeiras da Assembleia foram rateadas entre 19 partidos. Fernando Pimentel (PT) era apoiado por 32 parlamentares de sete partidos. O número de legendas na Casa havia aumentado para 21.

Na atual legislatura existem 28 partidos representados. A base do governo é composta por 21 deputados de nove partidos (Avante, Novo, PHS, PP, PPS, PSB, PSC, PSDB, Solidariedade). Disso se infere que o Governo Zema conseguiu congrega a menor base parlamentar dos últimos anos. Comparativamente, ele chega a ter um terço a menos de deputados que dizem apoiá-lo. Por outro lado, a oposição ao seu governo reuniu dezesseis parlamentares de seis partidos (PCdoB, PR, PROS, PSOL, PT e Rede).

Tal como visto nas seções anteriores, o Governo Zema enfrenta muitos dilemas e certamente precisará contar com uma forte base parlamentar. A maior parte dos problemas se deve a situações que o governador e sua equipe encontraram ao assumir o controle da máquina estatal no início do ano. Essa circunstância, porém, não muda o fato de que cabe ao atual governante encontrar saídas para a crise.

A tentativa de se justificar ou de atribuir a própria inação ou os próprios fracassos a uma “herança maldita” tem alcance limitado. Esse argumento foi usado pelo governo Pimentel à exaustão nos últimos quatro anos. Se e em que medida o recurso a essa alegação provoca alguma indulgência por parte do eleitor que espera ver as políticas públicas funcionando é discutível. Pelo menos como tática de campanha eleitoral, esse discurso parece não haver mostrado qualquer eficácia para o ex-governador petista que buscava reeleger-se.

Mesmo reconhecendo o inegável peso da herança recebida, cada governo faz suas próprias opções e arca com as consequências de suas propostas. À semelhança do que vem ocorrendo no plano federal, a ideia pouco clara do que virá a ser a apregoada “nova” política tem causado graves estranhamentos entre o Governo e os deputados estaduais. O primeiro efeito disso pode ter sido a dificuldade que o governo encontrou para compor sua base parlamentar.

Ressabiada, boa parte dos deputados optou por guardar distância em relação ao governo. Para a maioria deles, isso não significa colocar-se na oposição, mas sim tornar-se “independente”. No entanto, ao invés de se unirem – como ocorreu nas legislaturas anteriores –, dividiram-se em dois blocos, cada um deles reunindo seis partidos e vinte parlamentares: o bloco “Liberdade e Progresso” (DEM, Patri, PRP, PSD, PSL e PTB) e o bloco “Minas tem história” (DC, MDB, PDT, Podemos, PRB, PV).

A criação de um quarto bloco adiciona dificuldades para o governo que, agora, deve contornar mais disputas e divergências e redobrar seus esforços de negociação. Além disso, o presidente da Casa Legislativa é de um partido (o PV) que se manteve independente. Em princípio, esse fato tem importância apenas formal, visto que a própria condução de Agostinho Patrus (PV) à Presidência da Assembleia se deu com o apoio do partido do governador e de seu campo de forças políticas. No entanto, estar formalmente fora da base aliada pode vir a ser mais um embaraço cuja solução dependerá da capacidade de negociação do governo.

A BATALHA PELOS CARGOS DE INDICAÇÃO POLÍTICA

Houve declarações de parlamentares ditos “independentes” que, mesmo mostrando – como eles disseram – “boa vontade e desejo de composição” com o governo, consideram o governo Zema como uma “incógnita”. Tais deputados esperavam os próximos movimentos do Executivo para entender as condições de seu apoio. Contudo, contrariando as expectativas dos parlamentares acostumados ao jogo político, o governo está lidando com essa situação de maneira peculiar. Mantendo o discurso eleitoral de que pretende praticar uma “nova política” – sem deixar claro qual é a novidade que ele pretende apresentar – o governo não tem correspondido ao que os deputados esperavam ver nos primeiros dias de mandato: ofertas de cargos na máquina estatal e participação no governo por meio

de secretarias. Frustraram-se os deputados que esperavam fazer indicações políticas para empresas públicas, secretarias de estado e outros órgãos do governo.

Em outras palavras, essas usuais negociações parecem ser consideradas pelo governo como práticas da “velha política”, criando um clima de desconfiança e certa animosidade com o Parlamento. No plano federal, vêm ocorrendo desencontros semelhantes, como o episódio da discordância pública entre o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e o presidente do Congresso Nacional, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Em ambos os casos, os chefes do Executivo – Bolsonaro e Zema – se dizem contrários à “velha política”, mas nenhum deles conseguiu até o momento deixar claro o que é e como funcionará aquilo que dizem ser a “nova política”. Nesse vácuo, parlamentares têm se disposto a paralisar as negociações, como forma de pressionar o governo.

Aqui em Minas, são muitas as contradições em torno dessa ideia de uma “nova política”. O governador foi eleito fazendo severas críticas ao que ele considerava serem práticas “velhas” e responsáveis pelo caos a que o estado estaria reduzido. Seus principais alvos eram os governos precedentes, antes ocupados pelo PT e pelo PSDB. Este último foi seu oponente no segundo turno das eleições e houve duros embates entre Romeu Zema e Antonio Anastasia, sendo que acusações graves foram dirigidas ao então candidato do PSDB.

A despeito disso, nas primeiras semanas do mandato do governador, já se anunciava que o líder do governo seria um deputado do mesmo partido (o PSDB) tão duramente criticado durante a campanha eleitoral. Nos jornais, circularam, naqueles dias, notícias de que apoiadores do novo governo e eleitores manifestavam insatisfação com essa incoerência. A contradição apontada dizia respeito ao fato de que a “nova política” estaria recorrendo aos mesmos esquemas que havia criticado.

Além disso, o PSDB preside, no Legislativo, a Comissão de Constituição e Justiça, responsável por analisar a constitucionalidade e a legalidade dos projetos que tramitam na Assembleia. Cabe ao presidente de uma comissão decidir quais projetos serão apreciados. Isso faz do PSDB um aliado da mais alta importância para o governo Zema.

Apesar de haver contrariado seu próprio discurso eleitoral no qual o então candidato Zema criticava veementemente as práticas por ele consideradas “velhas” na política, o governo tem se recusado a flexibilizar outros aspectos dessa chamada “nova política”. Entre eles, a tradicional prática de aceitar indicação de deputados para cargos públicos.

Notícias que circularam em fevereiro davam a entender que na Assembleia Legislativa seguia-se compasso de espera. A relação das bancadas com o governo parecia travada enquanto este permanecia reticente em aceitar indicações políticas para compor diretorias de empresas e autarquias, bem como para os postos de segundo e terceiro escalão. Ainda na primeira quinzena daquele mês, o andamento

de uma reunião do governador com os deputados federais mineiros dava sinais de que tampouco a relação com a bancada federal estava funcionando de modo benéfico para o governo.

No início de março, uma análise publicada pelo *site* **Novos Inconfidentes** tratava das nomeações feitas pelo governo para a presidência e os conselhos de empresas estatais e chamava a atenção para a fragilidade das supostas “nomeações técnicas” feitas pelo governador: “o governador diz que avalia currículos e que todos passam por processos de seleção, mas o padrão é mais simples: ele nomeia pessoas de seu convívio ou de quem tem referência, executivos que passaram por grandes empresas e frequentam o meio dele, que é o empresarial.” A constatação é trivial, mas expõe o fato de que alegar um completo divórcio entre técnico e político leva a desconhecer que, na realidade, esses aspectos nunca se dissociam totalmente.

Tornada efetiva, talvez a medida adotada pelo governo Zema pudesse contribuir para a criação de procedimentos mais eficazes de administração pública, menos suscetíveis às relações políticas (no pior sentido dessa palavra) e às trocas de favor. Poderia ser uma mudança importante e histórica nas relações entre os poderes do Estado. Resta saber, porém, como esse governo haverá de contornar seu isolamento político. Não está claro como essa suposta “nova política” haverá de angariar o apoio parlamentar para projetos do governo. Até o momento isso se deu por meio da troca de favores. Ainda não se sabe se o “novo” que o governo diz representar terá uma solução para esse dilema.

A própria aliança com o “inimigo” que, durante a campanha, Zema e seu partido haviam atacado frontalmente, indica que rapidamente o governante se deu conta de que não se pode exercer o poder sozinho. Pode ser que a troca de cargos represente uma bandeira útil para usar na campanha eleitoral daqui a quatro anos. Nesse caso, é provável que o governo tenha de encontrar outras maneiras de compensar os parlamentares por seu apoio ao governo no Legislativo. Do contrário, arrisca caminhar para uma situação de isolamento ou até de ingovernabilidade.

O EMBATE ENTRE O GOVERNO ZEMA E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Notícias divulgadas no mês de março indicam um tensionamento crescente entre Executivo e Legislativo, num processo semelhante ao embate que tem se estabelecido entre o Congresso Nacional e o governo Bolsonaro. Em fins de fevereiro, foi aprovada uma emenda constitucional em razão da qual agentes públicos estariam obrigados a prestar contas ao Legislativo a cada quatro meses. Se efetivada tal medida, os secretários de Estado estariam entre os primeiros a serem sabatinados e isso poderia criar novos contratemplos para o governo Zema.

Há previsão de que as sabatinas comecem em junho, mas não consta que elas venham a sair do papel, a menos que isso se torne necessário para pressionar o Executivo. Nem parlamentares e nem o governo admitem publicamente, mas, informalmente, essa medida foi considerada como uma “arma de pressão” contra o governo Zema. Análises publicadas na mídia sustentaram que essa medida foi uma resposta à decisão do governador de seguir a proposta de seu partido e preencher os cargos públicos por seleção, ao invés da tradicional indicação política de deputados e partidos. Dessa forma, o objetivo da referida emenda constitucional seria induzir o governador a ceder às exigências dos parlamentares.

Nos dois primeiros meses do ano, a queixa feita pelos deputados era de que não encontravam interlocução no governo. A reclamação generalizada é de que eles estavam tomando conhecimento das ações do governo por meio das redes sociais. Na imprensa, houve deputado que se disse incomodado porque o governador visitou sua base sem informá-lo. Ressentem-se por não serem recebidos pelo governador, fato que eles interpretam como falta de atenção. Em outros termos, Romeu Zema adotou uma prática que esvazia o modo como, tradicionalmente, os parlamentares mineiros sabem “fazer política”.

Acontece que o governo deve enfrentar nos próximos meses duas votações estratégicas: cabe ao Legislativo aprovar a reforma administrativa, assim como a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, pelo qual o estado se habilitaria a receber o socorro federal destinado aos estados em crise financeira. Como mencionado antes, este último projeto ainda não chegou à Assembleia, mas já causa tensionamento na relação entre os dois poderes. Já a reforma administrativa está tramitando em meio a muitos percalços.

Contando com uma base menor do que seus antecessores, Zema não pôde recorrer ao uso da “lei delegada” para realizar a reforma administrativa. Essa medida é um mecanismo amparado pela Constituição, mas sempre causou polêmica. Na prática, por meio dela a Assembleia Legislativa deixa de exercer seu dever de acompanhar e fiscalizar as ações do Executivo, delegando a este a tarefa de modificar a estrutura do Estado para configurá-la de modo mais adequado às políticas públicas que pretende implantar. Costuma-se dizer que a tramitação de uma reforma administrativa por meio de projeto de lei é mais democrática, já que permite ao Parlamento fazer intervenções no projeto. Na prática, contudo, os últimos governos (Aécio Neves, Antonio Anastasia e Fernando Pimentel), ao inaugurarem seus mandatos, recorreram à lei delegada para realizar a reforma administrativa que desejavam.

Entretanto, mesmo sem o recurso da lei delegada, já no final de março, o próprio líder do governo afirmou ao jornal **O Tempo** que o projeto de reforma administrativa corria risco de não ser aprovado ou de vir a sofrer mudanças significativas. Como o projeto está tramitando em regime de urgência, os prazos regimentais são reduzidos à metade e uma articulação política mais eficiente seria necessária.

De acordo com a queixa do líder governista, tal coesão entre governo e Assembleia é inexistente no momento.

Para ser aprovada, a reforma deve conquistar 39 votos entre os 77 deputados. Formalmente, o governo tem apenas 21 parlamentares em sua base. Diz-se que nem a metade deles constitui uma base de apoiadores convictos, mas que ainda careceria de “estímulo para se fidelizar ao governo”. Seja como for, a aprovação da reforma administrativa requer o apoio das bancadas autodesignadas como “independentes”.

Substantivamente a reforma não apresenta mudanças polêmicas. A extinção de nove secretarias assim como a diminuição de 15,5% em gratificações e cargos comissionados poderiam ser aprovadas sem tensionamentos. No entanto, além da recusa em aceitar indicações políticas para ocupar a máquina pública já discutida acima, existe o fato de que o governo tem associado publicamente os parlamentares à “velha política” e demorou a fazer movimentos de aproximação.

Quando membros do Executivo compareceram à Assembleia para esclarecer a proposta da reforma administrativa, geraram incômodo por terem dado explicações que alguns deputados consideraram superficiais e insuficientes para responder perguntas básicas. Tais questionamentos não vieram de deputados da oposição, mas sim de parlamentares dos blocos “independentes”. Além disso, semelhantes declarações foram feitas à imprensa depois das reuniões que o governador fez com os blocos autodeclarados como “neutros”. Isso leva a supor que o esforço do governador para diminuir a reticência desses blocos dos quais seu governo depende ainda não teve êxito completo.

Nos últimos dias de março, esse descontentamento se concretizou em uma fragorosa derrota que os deputados impuseram ao governo ao derrubar, em plenário, um veto do governador a um projeto que previa a implementação de ações de prevenção e controle de diabetes nas escolas públicas e privadas do estado. Apesar de se tratar de uma questão menor, essa votação foi interpretada como expressão do descontentamento da Assembleia em relação ao governo.

Houve 49 votos contra o governador e apenas os três deputados do mesmo partido que o governador lhe foram favoráveis. Até o líder do bloco governista votou contra o governo. Não consta que um governador tenha sofrido tamanha derrota com menos de cem dias de mandato. Seja como for, um alerta parece ter sido dado e votações tão importantes como a reforma administrativa e a adesão ao programa de refinanciamento da dívida podem estar ameaçados.

REFORMA ADMINISTRATIVA E O DESTINO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Não são apenas os deputados que têm feito críticas relativas à reforma administrativa proposta pelo Governo Zema. Quando anunciada a reforma, em fevereiro, falava-se em uma economia de R\$ 1 bilhão em quatro anos. Em números absolutos esse parece ser um número impressionante. No entanto, isso implica dizer que o impacto da reforma seria de R\$ 235 milhões ao ano. Quando convertida em número relativo, constata-se que a economia gerada pela extinção de cargos comissionados e de secretarias representa uma redução de gastos de 0,72% do orçamento total do estado.

Vale lembrar que apenas o déficit apontado pelo governo em 2019 seria da ordem de R\$ 40 bilhões. Frente a esses números, já haviam surgido questionamentos sobre a real dimensão da reforma, visto que, frente às contas do estado, a economia – mesmo na casa de milhões – seria pífia.

No entanto, ao tramitar na Assembleia Legislativa constatou-se que a economia gerada pela reforma de Zema alcançaria cerca de R\$ 39 milhões anuais. Isso implica uma economia seis vezes menor do que os já ínfimos 0,72%. Além disso, novas emendas seguem sendo propostas ao projeto originalmente enviado ao Parlamento, com possibilidade de que o ganho previsto venha a ser completamente anulado.

A economia não é suficiente sequer para quitar as dívidas mais impopulares, como é o caso do décimo-terceiro salário que deixou de ser pago pelo governo Pimentel no ano passado. Mensalmente, o estado paga cerca de R\$ 3 bilhões em salários. Um relatório do Tesouro Nacional publicado no final de fevereiro, mostra que, no ano passado, Minas Gerais comprometeu com o pagamento de salários 67% de suas receitas líquidas. Em flagrante descumprimento da lei de responsabilidade fiscal, é o índice mais alto entre todas as unidades da federação.

Ao que parece, algo precisa ser feito para sanar as contas públicas, mas a questão é saber se as medidas propostas pelo Governo Zema estão à altura desse desafio, além do fato de imporem significativas perdas para a população mineira. Por outro lado, o discurso governista vem sendo criticado por, supostamente, mostrar-se mais interessado no debate ideológico, de que a eficiência do estado passaria necessariamente pela redução de sua presença na sociedade, restringindo-se às políticas de saúde, educação e segurança.

Um artigo no jornal **Brasil De Fato** (25 mar. 2019) chamava a atenção para a inexistência de um caráter propositivo no governo quando o assunto são as políticas públicas: o governo estaria agindo com a calculadora e não com a razão. As declarações públicas do governador diriam respeito sempre a cortes e equilíbrio fiscal, mas não teriam demonstrado até agora qualquer proposta de construção de política

pública. Ele estaria se ocupando apenas com o desmonte delas. Em última análise, estaria em questão o projeto declarado do Partido Novo de diminuir o Estado e fortalecer a iniciativa privada, atendendo interesses de mercado. A questão a ser posta é se tal projeto é compatível com a ideia de política pública, entendida como formas de serviço ao bem comum.

Parte dos analistas tem chamado a atenção para o fato de que o candidato Zema foi eleito, entre outras razões, por declarar que os políticos não sabem administrar e que as práticas da “velha política” arrasaram o estado para a calamidade atual. No entanto, o tamanho diminuto da reforma, a despeito de seu eventual uso midiático, tem sido usado para criticar o atual governo, atribuindo-lhe uma intenção meramente eleitoreira.

Segundo dizem os mais críticos, a redução de secretarias pode ter funcionado de modo sedutor para o eleitorado, mas mesmo ao cumprir a promessa de campanha, estaria sendo explicitado seu caráter enganoso. Nesse sentido, o atual governo estaria se restringindo apenas a “seguir o protocolo” para ostentar aquela austeridade que havia exaustivamente prometido durante sua campanha. Tal austeridade, todavia, estaria se mostrando estéril.

Pelo menos nas últimas décadas, todos os governadores (com exceção óbvia daqueles que, sendo vice, assumiram o cargo por afastamento do titular) fizeram suas reformas administrativas. Constatase, porém, que todos os governos precedentes terminaram maiores do que começaram. Os órgãos e secretarias sempre acabaram sendo recriados sob nova roupagem.

Por essas razões, houve quem questionasse se faria sentido o governo Zema se desgastar junto à Assembleia Legislativa para aprovar uma reforma administrativa que, depois, consistiria apenas de mudanças “superficiais e cosméticas, com baixo impacto econômico e efeito duvidoso na qualidade dos serviços” (**Novos Inconfidentes**, 06 fev. 2019).

Aliás, além da extinção de órgãos ou secretarias, está sendo proposto o fechamento de serviços prestados pelo estado e que não serão assumidos por nenhuma outra estrutura pública. Por isso, a reforma está sendo considerada ínfima, se se consideram os valores absolutos, mas potencialmente desastrosa pelo desmonte dos serviços públicos.

No âmbito da cultura, existe a reclamação de que o orçamento estaria ainda mais baixo do que o habitual e que políticas de interiorização estão ameaçadas. Em paralelo a isso, houve a decisão, oficializada no início de abril, de encerramento das transmissões da Rádio Inconfidência na frequência AM. Trata-se da mais antiga emissora de Minas Gerais. Foi fundada há 82 anos e sua programação chega a todos os municípios mineiros. A maior parte dos concursados são lotados na rádio AM e estão em risco de demissão. O Sindicato dos Jornalistas chama a atenção para a ilegalidade da demissão de concursados. O governo alega que vai demitir apenas “concursados ilegalmente”. Os destinos da transmissão em FM também estarão ameaçados, caso o que restar da emissora não consiga se tornar

autossustentável até 2020, faturando até R\$ 3 milhões ao ano. As organizações do setor têm criticado essa medida porque, ao adotá-la, o governo estaria ignorando a especificidade da comunicação pública e pretendendo reduzi-la aos critérios de mercado.

Como dito acima, há declarações governistas que alegam que o papel do Estado deve limitar-se às políticas de segurança, saúde e educação. Contudo, tampouco nesses temas a atuação do governo tem gerado menos polêmica. No campo da segurança pública, a priorização do policiamento repressivo e o baixo investimento em inteligência, investigação e prevenção vêm sendo criticados por especialistas. Dizem estar acontecendo um aumento do encarceramento em Minas Gerais, na mesma medida em que programas como o “Fica Vivo”, destinado a prevenir a criminalidade, vêm sendo reduzidos desde o governo Anastasia.

Uma das mudanças que mais vem causando descontentamento e que tem sido denunciada por movimentos sociais é a incorporação da Escola de Saúde Pública pela Secretaria de Estado da Saúde. A perda da autonomia, a extinção das ações de capacitação dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), demissões e prejuízos à carreira dos servidores, destinação da estrutura física para outros setores alheios à saúde, prejuízos no campo da pesquisa. São esses alguns dos argumentos utilizados para descrever a perda representada pela redução de uma escola que existe há décadas e na qual já se formaram milhares de trabalhadores.

Na educação, gerou clamor o anúncio do encerramento de um contrato que garantia a presença de 651 vigilantes em 191 escolas. O fato chamou a atenção da opinião pública por ter ocorrido pouco depois do massacre em uma escola no interior de São Paulo, que deixou dezoito pessoas mortas ou feridas. Durante a campanha, Zema havia defendido tratamento diferenciado para as escolas, destinando mais recursos para as que apresentassem melhores resultados. Propunha a militarização das escolas “problemáticas” e a entrega para a iniciativa privada dos espaços “ociosos” que, supostamente, existem em escolas. Naquela época, ele foi muito criticado por essa proposta, já que, se implantada, tal medida aprofundaria ainda mais o abismo que já separa ricos e pobres. Supostamente, o sistema educacional deveria contribuir para diminuir essa desigualdade.

Em abril, foi feito o anúncio de que o atendimento em tempo integral seria fechado em centenas de escolas. Consta que metade das 1600 unidades de ensino fundamental nessa modalidade seriam afetados. Centenas de milhares de alunos e milhares de professores designados seriam atingidos. Os argumentos do governo, segundo consta, é a falta de recursos para custear a merenda e os salários de professores. Antes mesmo do anúncio dessa medida, as aulas em período integral ainda não haviam sido retomadas em 2019.

Essa medida vem recebendo muitas críticas ao ser imediatamente associada a um pronunciamento do presidente da República no qual se afirma que o gasto com educação é excessivo. De modo semelhante, parece que as políticas públicas estão sendo avaliadas apenas pelo seu custo e não pelo significado que representam e pela importância que têm na vida dos cidadãos e, por conseguinte, para toda a sociedade.

MORTE E DESTRUIÇÃO EM BRUMADINHO

A tragédia que se abateu sobre a cidade de Brumadinho no final de janeiro deu visibilidade às complexas relações entre a política e o poder econômico das grandes empresas da extração mineral. No centro dos acontecimentos se encontra novamente uma das maiores mineradoras do mundo, a Vale, que já havia protagonizado, em Mariana, outro dos maiores crimes ambientais do Brasil.

O crime cometido em Brumadinho no final de janeiro deu visibilidade às complexas relações entre a política e o poder econômico das grandes empresas da extração mineral. Por essa razão, uma edição de *Contextus* foi especialmente produzida no mês de março de 2019 para tratar desse tema. Ali é descrita a dependência econômica e política – tanto do Poder Executivo como do Poder Legislativo – em relação à atividade minerária.

Nesse cenário é que se pode compreender a maneira como Romeu Zema e seu governo vem respondendo ao ato de destruição e morte causado pela Vale. A edição número 31 de *Contextus* – “Mariana, Brumadinho e depois: o que fazer quando do criminoso é uma corporação?” – está disponível no site do Nesp (<http://nesp.pucminas.br/index.php/2019/03/13/mariana-brumadinho-e-depois-o-que-fazer-quando-o-criminoso-e-uma-corporacao/>).

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP
José Zanetti Gonçalves - RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves